DUAS FACES DE UMA REALIDADE DO ACESSO À SAÚDE PÚBLICA EM DOURADOS-MS: O CASO DOS LOTEAMENTOS DIOCLÉCIO ARTUZI I E II E RESIDENCIAL ESTRELA DO LESTE.

Matheus Martins De Araujo Irabi (matheusmirabi@gmail.com)

Esse artigo foi realizado através de pesquisas bibliográficas sobre as Políticas Nacionais do SUS e do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), o Direito à Cidade, as dinâmicas espaciais do SUS, colóquios para a discussão desses temas pesquisados e ainda foi atrelada a um estudo de caso em três loteamentos sociais, que também foram construídos dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida na cidade de Dourados em porções distintas da cidade, e por isso, representam duas realidades com inúmeras proximidades, reafirmando a tese da perversidade das desigualdades socioespaciais nas Cidades Médias. Realizamos trabalhos de campo com aplicação de 73 questionários nos três loteamentos analisados e que envolviam temas relativos ao uso dos serviços de saúde do SUS e qual seria seu nível de contentamento com o acesso e a acessibilidade que eles tinham em relação a esses serviços. Dourados se caracteriza como cidade média por oferecer e concentrar serviços especializados, sendo referência em cursos de ensino superior, como grande produtor e exportador de grãos no comércio agroindustrial e ainda em serviços médicos de média e alta complexidade. Com relação às Políticas Públicas de Habitação e Saúde a cidade possui 15 empreendimentos concluídos a partir do PMCMV com o cunho social até 2017 e possui um total de 33 Unidades Básicas de Saúde, 4 Hospitais de especialidades e duas CAPS. Nesse sentido, nesse artigo buscamos identificar e caracterizar as condições de vida na esfera da desigualdade socioespacial e do direito à cidade dos moradores oriundos da política habitacional PMCMV com acesso aos serviços de saúde pública, como a porcentagem relativa aos moradores que frequentam alguma Unidade Básica de Saúde, 84% acusando buscarem esses serviços no Dioclécio Artuzi I e II, e 66% no Estrela do Leste, além disso, foram registrados 20% de moradores com deficiência no Dioclécio Artuzi I e II e cerca de 5% no Estrela do Leste, ao passo que não foram registrados a presença de Agentes Comunitários de Saúde em nenhum dos Loteamentos até o findar dessa pesquisa. Esses dados e outros contidos na pesquisa, revelam uma (re)produção características que podem ser averiguadas em âmbito nacional, assemelhando-se por problemas gerados pela falta de infraestrutura e má gestão de ambas as Políticas Públicas, o SUS e o PMCMV, impossibilitando uma qualidade de vida saudável aos moradores dos loteamentos analisados nessa pesquisa.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Saúde, Desigualdades Socioespaciais